

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2022



Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL
Demonstrações Contábeis – Exercício de 2022
Índice

	Página
Balanço Patrimonial - Ativo	3
Balanço Patrimonial - Passivo	4
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração dos Resultados Abrangentes	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas:	
1. Objetivo da Associação	10
2. Base da Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis	10
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis	10
4. Providências para o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19	16
5. Disponibilidades	16
6. Recursos Vinculados	16
7. Contas a Receber	17
7.1. Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos	17
8. Adiantamentos e Antecipações	18
9. Despesas Pagas Antecipadamente	18
10. Outros Créditos	19
11. Direitos a Receber	19
12. Depósitos Recursais	19
13. Tributos e Contribuições a Recuperar	19
14. Outros Realizáveis a Longo Prazo	20
15. Ativo Imobilizado	20
16. Direito de Uso	21
17. Ativo Intangível	21
18. Obrigações a Pagar	22
19. Impostos e Contribuições a Recolher	22
20. Financiamentos	22
21. Provisão para Bonificação – Prêmio de Metas	23
22. Provisões sobre Folha de Pagamento	24
23. Plano de Suplementação de Aposentadoria	24
24. Provisão para Despesas Médicas - Desligados	25
25. Passivo de Arrendamento	25
26. Receitas Antecipadas	26
27. Obrigações de Convênio	26
28. Contingências Trabalhistas	28
29. Patrimônio Social	29
30. Receita de Contribuições	29
31. Resultado de Convênios (Restritos)	30
32. Receita de Royalties	30
33. Receita com Prestação de Serviços	31
34. Despesas com Pessoal Permanente	31
35. Serviços de Terceiros	31
36. Despesas Gerais	32
37. Despesas Tributárias	33
38. Despesas de Depreciações, Amortizações e Realização de Direito de Uso	33
39. Gerenciamento de Risco Financeiro	33
40. Seguros	35
41. Remunerações	35
42. Outros	35

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2022	A. V. %	2021	A. V. %	A. H. %
ATIVO		371.403.399	99,7	312.936.058	100,0	18,7
CIRCULANTE		192.900.578	51,9	147.747.345	47,2	30,6
DISPONIBILIDADES	5	177.583.083	47,8	132.041.181	42,2	34,5
BANCOS CONTA MOVIMENTO		574.470	0,2	210.626	0,1	172,7
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		177.008.613	47,7	131.830.555	42,1	34,3
CRÉDITOS, BENS E VALORES REALIZÁVEIS		15.317.495	4,1	15.706.164	5,0	(2,5)
RECURSOS VINCULADOS	6	2.654.485	0,7	5.325.446	1,7	(50,2)
CONTAS A RECEBER	7	9.827.221	2,6	8.410.630	2,7	16,8
(-) PROV. P/ PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS	7.1	-175.206	(0,0)	-175.215	(0,1)	(0,0)
ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES	8	480.443	0,1	782.489	0,3	(38,6)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	9	1.968.653	0,5	882.790	0,3	123,0
OUTROS CRÉDITOS	10	561.899	0,2	480.024	0,2	17,1
NÃO CIRCULANTE		178.502.821	47,8	165.188.713	52,8	8,1
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		17.362.880	4,4	15.691.437	5,0	10,7
DIREITOS A RECEBER	11	274.480	0,1	166.260	0,0	65,1
DEPÓSITOS RECURSAIS	12	11.078.745	3,0	10.458.523	3,3	5,9
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	13	5.060.683	1,4	5.066.654	1,6	(0,1)
OUTROS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	14	948.972	0,3	-	0,0	0,0
IMOBILIZADO	15	158.715.572	42,7	147.228.508	47,0	7,8
EM OPERAÇÃO		399.586.096	107,6	391.794.936	125,2	2,0
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS		-270.469.374	(72,8)	-255.792.568	(81,7)	5,7
EM PROCESSAMENTO		13.953.348	3,8	9.690.424	3,1	44,0
DIREITO DE USO - ARRENDAMENTO - IFRS 16	16	15.645.502	4,2	1.535.716	0,5	918,8
INTANGÍVEL	17	2.424.369	0,7	2.268.768	0,8	6,9
PATENTES		3.820.811	1,0	3.761.729	1,2	1,6
LOGICIAIS		23.209.817	6,2	20.713.557	6,7	12,1
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		-24.606.259	(6,6)	-22.206.518	(7,1)	10,8

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2022	A. V. %	2021	A. V. %	A. H. %
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		371.403.399	100,0	312.936.058	100,0	18,7
CIRCULANTE		60.261.745	16,2	54.971.255	17,6	9,6
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18	17.634.749	4,7	18.819.596	6,0	(6,3)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	19	4.470.595	1,2	4.712.090	1,5	(5,1)
FINANCIAMENTOS	20	2.946.384	0,8	4.227.032	1,4	(30,3)
PROVISÃO PARA O PRÊMIO DE METAS	21	14.974.087	4,0	7.566.135	2,4	97,9
PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	22	15.235.118	4,1	14.555.669	4,7	4,7
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETROS - DOTAÇÃO ADICIONAL	23	435.747	0,1	392.348	0,1	11,1
PROVISÃO - DESPESAS MÉDICAS (DESLIGADOS)	24	1.409.670	0,4	3.062.669	1,0	(54,0)
PASSIVO DE ARRENDAMENTO - IFRS 16	25	3.155.395	0,8	1.535.716	0,5	105,5
RECEITAS ANTECIPADAS	26	-	0,0	100.000	0,0	(100,0)
NÃO CIRCULANTE		76.312.474	20,5	49.697.204	15,9	53,6
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		76.312.474	20,5	49.697.204	15,9	53,6
FINANCIAMENTOS	20	23.733.896	6,4	22.568.677	7,2	5,2
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETROS	23	11.487.907	3,1	2.396.374	0,8	379,4
PROVISÕES - FUNDAÇÃO ELETROS - DOTAÇÃO ADICIONAL	23	1.009.322	0,3	1.617.127	0,5	(37,6)
PASSIVO DE ARRENDAMENTO - IFRS 16	25	12.490.106	3,4	-	0,0	0,0
OBRIGAÇÕES DE CONVÊNIOS	27	14.779.884	4,0	11.882.993	3,8	24,4
PROVISÕES P/ CONTINGÊNCIAS	28	12.811.359	3,4	11.232.033	3,6	14,1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		234.829.180	63,2	208.267.599	66,6	12,8
PATRIMÔNIO SOCIAL	29	208.267.599	56,1	182.477.710	58,3	14,1
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		26.561.581	7,2	25.789.889	8,2	3,0

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2022	A. V. %	2021	A. V. %	A. H. %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		257.768.863	100,0	208.952.138	100,0	23,4
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA	30	206.121.311	80,0	172.235.696	82,4	19,7
ELETROBRAS		111.524.221	43,3	80.332.308	38,4	38,8
ASSOCIADOS FUNDADORES		90.931.373	35,3	89.258.120	42,7	1,9
ASSOCIADOS ESPECIAIS		3.665.717	1,4	2.645.267	1,3	38,6
CONTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR	30	527.091	0,2	350.000	0,2	50,6
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA	30	7.940.090	3,1	-	-	0,0
RECEITAS DE CONVÊNIOS (RESTRITAS)	31	174.020	0,1	265.007	0,1	(34,3)
RECEITA DE ROYALTIES	32	-	-	33.000	0,0	(100,0)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	33	43.006.351	16,7	36.068.435	17,3	19,2
DESPEAS OPERACIONAIS		245.356.643	100,0	184.804.400	99,9	32,8
PESSOAL PERMANENTE	34	157.606.169	64,2	115.198.786	62,3	36,8
SERVIÇOS DE TERCEIROS	35	29.154.745	11,9	23.545.016	12,7	23,8
DESPEAS GERAIS	36	35.486.663	14,5	27.995.523	15,1	26,8
DESPEAS TRIBUTÁRIAS	37	3.677.270	1,5	781.632	0,4	370,5
DEPRECIações, AMORTIZAções E REAL. DE DIREITO DE USO	38	19.257.776	7,8	17.018.436	9,2	13,2
DESPEAS DE CONVÊNIOS (RESTRITAS)	31	174.020	0,1	265.007	0,1	(34,3)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.412.220	4,8	24.147.738	11,6	(48,6)
RECEITAS FINANCEIRAS		16.796.899	6,5	3.528.920	1,7	376,0
JUROS/DESCONTOS		15.738	0,0	8.460	0,0	86,0
RENDIMENTOS DE APLICAções FINANCEIRAS		16.556.057	6,4	3.376.379	1,6	390,3
VARIACção CAMBIAL		86.575	0,0	54.086	0,0	60,1
VARIACção MONETÁRIA		45.960	0,0	4.552	0,0	909,6
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS		92.569	0,0	85.442	0,0	8,3
DESPEAS FINANCEIRAS		2.627.724	1,0	3.560.321	1,8	(26,2)
VARIACção CAMBIAL		27.191	0,0	15.788	0,0	72,2
VARIACção MONETÁRIA		2.096.529	0,8	3.492.566	1,7	(40,0)
DESPEAS BANCÁRIAS		501.857	0,2	47.261	0,0	961,9
OUTRAS DESPEAS FINANCEIRAS		2.147	0,0	4.705	0,0	(54,4)
RESULTADO FINANCEIRO		14.169.175	5,5	-31.401	(0,0)	45.222,8
OUTRAS RECEITAS/DESPEAS		-19.814	(0,0)	1.673.553	0,8	(101,2)
RESULTADO DE CONVÊNIOS NO EXERCÍCIO (RESTRITO)		-	-	-	-	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		26.561.581	10,3	25.789.890	12,3	3,0

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2022	A. V. %	2021	A. V. %	A. H. %
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		26.561.581	0,0	25.789.890	0,0	3,0
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	0,0	-	0,0	0,0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE NO EXERCÍCIO		26.561.581	100,0	25.789.890	100,0	3,0

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL

Associação Civil sem Fins Lucrativos

CNPJ 42.288.886/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2022

(Valores expressos em reais)

COMPONENTES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2020	151.696.726	30.780.984	182.477.710
Absorção do Superavit ao Patrimônio Social	30.780.984	-30.780.984	-
Superávit do Exercício	-	25.789.889	25.789.889
SALDOS EM 31.12.2021	182.477.710	25.789.889	208.267.599

COMPONENTES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT / DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2021	182.477.710	25.789.889	208.267.599
Absorção do Superavit ao Patrimônio Social	25.789.889	-25.789.889	-
Superávit do Exercício	-	26.561.581	26.561.581
SALDOS EM 31.12.2022	208.267.599	26.561.581	234.829.180

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	26.561.582	25.789.889
Ajustes para reconciliar o superavit do exercício com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	17.302.951	15.324.612
Realização do Direito de Uso	1.535.716	1.693.823
Variações monetárias líquidas	5.839.911	2.598.881
Baixa de bens do ativo	32.801	56.047
Provisão/Reversão para contingências	1.522.568	-25.675
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	-9	-482.302
Provisão Fundação Eletros	11.487.906	-
Sub total	64.283.426	44.955.275
Aumento (Redução) de Ativos:		
Recursos vinculados	2.670.961	-545.931
Contas a receber	-1.416.591	-4.700.381
Adiantamentos e antecipações	302.046	103.736
Depósitos Judiciais	-563.464	-765.528
Ressarcimento de auxílio INSS	0	0
Despesas pagas antecipadamente	-1.085.863	750.690
Outros créditos	-1.133.097	-191.709
	-1.226.008	-5.349.123
Aumento (Redução) de Passivos:		
Obrigações a pagar	-1.284.847	-578.154
Tributos a Recolher	-241.495	-776.595
Provisões sobre a Folha de Pagamento	8.087.402	-2.243.305
Pagamento (obtenção) de Empréstimos e Financiamentos	-5.955.340	-6.892.102
Planos de Desligamento	-1.652.999	-8.634.463
Passivo de Arrendamento	-1.535.716	-1.693.823
Obrigações a pagar - Eletros	-2.960.780	1.744.424
	-5.543.775	-19.074.018
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades operacionais:	57.513.643	20.532.134
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Passivo de convênios	2.896.891	5.985.076
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento:	2.896.891	5.985.076
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-14.868.632	-14.241.626
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de investimento:	-14.868.632	-14.241.626
Aumento (redução) líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	45.541.902	12.275.584
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	132.041.181	119.765.596
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	177.583.083	132.041.180
	45.541.902	12.275.584

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

Associação Civil sem Fins Lucrativos

CNPJ 42.288.886/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais)

DESCRIÇÃO	2022	2021
RECEITAS	258.736.405	211.861.507
Contribuições Estatutárias	206.121.311	172.235.695
Contribuição Complementar	527.091	350.000
Contribuições Extraordinárias	7.940.090	-
Royalties	-	33.000
Prestação de Serviços	44.089.593	36.951.722
Provisão para Devedores Duvidosos / Reversão	10	482.302
Receitas Diversas	58.310	1.808.788
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	62.629.782	51.617.788
Serviços de Terceiros	29.154.745	23.545.016
Materiais	2.009.550	1.470.412
Viagens	868.981	248.307
Conservação e Limpeza	7.075.890	5.103.158
Segurança	2.125.524	1.925.745
Reprodução e Cópias	158.576	104.760
Transporte	4.069.694	3.901.411
Energia Elétrica	4.421.609	4.446.136
Telefone, Água e Outros Serviços Públicos	970.305	1.029.042
Manutenção e Reparos	9.251.936	7.368.391
Biblioteca	558.461	973.326
Condução e Refeição	52.456	33.134
Congressos, Cursos e Seminários	250.527	135.638
Despesas de Importação	24.822	-
Despesas Legais e Judiciais	50.754	5.712
Contribuições Institucionais	100.351	95.986
Publicidade Legal	34.893	48.110
Outras Indenizações	1.125.620	776.536
Despesas Diversas	325.089	406.968
VALOR ADICIONADO BRUTO	196.106.622	160.243.719
RETENÇÕES	20.780.344	14.972.913
Depreciações, Amortizações e Realizações de Direito de Uso	19.257.776	17.018.436
Provisões para Contingências / Reversões	1.522.568	-25.675
Provisão p/Quitações Trabalhistas / Reversão	-	-2.019.848
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	175.326.278	145.270.806
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	16.796.899	3.528.920
Receitas Financeiras	16.796.899	3.528.920
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	192.123.177	148.799.726
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	192.123.177	148.799.726
Pessoal - Remunerações	89.079.622	72.866.811
Pessoal - Benefícios Sociais	38.893.589	21.408.759
Pessoal - Encargos Sociais	29.620.851	22.943.064
Pessoal - Quitações Trabalhistas	12.107	-
Impostos, Taxas e Contribuições	4.760.513	1.664.920
Seguros	567.190	565.962
Despesas Financeiras	2.627.724	3.560.321
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	26.561.581	25.789.889

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ 42.288.886/0001-60
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em reais)

NOTA 1 – OBJETIVO DA ASSOCIAÇÃO

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é uma Associação Civil sem Fins Lucrativos, que tem por objetivo promover uma infraestrutura científica e de pesquisa visando ao desenvolvimento no País de tecnologia avançada no campo dos sistemas e equipamentos elétricos.

A Associação foi constituída em 17 de janeiro de 1974, respaldada na Resolução Eletrobras nº 950/73 de 27 de novembro de 1973 e Deliberação Eletrobras nº 190/73 de 14 de dezembro de 1973. A Associação tem como sede a cidade do Rio de Janeiro, sendo sua duração por tempo indeterminado.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os períodos apresentados.

2.1 – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS:

2.1.1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2 - BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando aplicável a mensuração de ativos ao valor justo.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

3.2 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro disponível em depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido disponível e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 – RECURSOS VINCULADOS

Trata-se de recursos em aplicações financeiras demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta do respectivo Convênio no Passivo Não Circulante. Essas aplicações, embora de liquidez imediata, têm sua movimentação restrita, estando relacionadas com os projetos executados, conforme plano de trabalho de cada Convênio.

3.4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos Financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Associação em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Associação se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Associação classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Associação gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Associação. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os Passivos Financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado

conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício;

- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

3.5 – CONTAS A RECEBER

As Contas a Receber são reconhecidas pelo valor justo, e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) – Ajuste a Valor Presente.

A provisão para as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros.

3.6 - IMOBILIZADO

Os bens do imobilizado estão demonstrados no balanço patrimonial pelo custo de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. As taxas utilizadas são estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, com base na legislação vigente, conforme segue:

Descrição	Anos
Edificações	25
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	5
Equipamentos de Informática	5

3.7 - INTANGÍVEL

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.8 – DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

A Associação avalia na data do início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por certo período de tempo em troca de contraprestação.

Arrendatário

A Associação aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para o arrendamento. A Associação reconhece os passivos do arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Associação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Associação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa.

Os pagamentos variáveis de arrendamento, que não dependem de um índice ou taxa, são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

3.9 – FORNECEDORES E OBRIGAÇÕES A PAGAR

As contas a pagar a Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas pelo valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como Passivos Circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no Passivo Não Circulante.

3.10 – FINANCIAMENTOS

Os Financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor contratado, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada financiamento segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do financiamento são reconhecidas como custos da transação, e são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros conforme acordado em cada contrato.

Os Financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após doze meses da data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

3.11 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão.

As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

3.12 – DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

3.13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Constituído pelo Patrimônio Social da Associação, acrescido ou diminuído do superávit/déficit apurado em cada exercício.

3.14 – APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

3.15 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias.

3.16 – RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Um dos objetivos descritos nos Estatutos da Associação é o da Prestação de Serviços especializados para os Associados e outros clientes públicos ou privados. As Receitas relativas às Prestações de Serviços referem-se aos serviços de desenvolvimento de projetos e ensaios laboratoriais, além de treinamentos e certificações no campo das Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação, com a emissão das respectivas notas fiscais de Prestação de Serviços.

3.17 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS

Referem-se aos valores recebidos dos Associados Fundadores e Associados Especiais, definidos pelo Conselho Deliberativo da Associação para, juntamente com a Receita da Prestação de Serviços, financiar as suas atividades.

3.18 – ALTERAÇÕES DA LEI Nº 9249/95:

A referida Lei, em seu art. 4º, veda a utilização da correção monetária a partir de exercício de 1996, inclusive para fins societários. Sendo assim, as informações estão apresentadas pela legislação societária, comparativamente com o exercício anterior, a valores históricos.

3.19 – ISENÇÕES:

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é beneficiado pelos seguintes dispositivos legais:

Imposto de Renda:

Ato Declaratório nº 26 de 10/03/1976 – Receita Federal:

“Declara isenta do pagamento do Imposto de Renda o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, com endereço na Cidade Universitária – Ilha do Fundão, nesta capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número 42.288.886/0001-60, ficando a continuidade do favor fiscal condicionada no

cumprimento das formalidades e obrigações constantes da Portaria Ministerial número GB-337 de 02 de setembro de 1969, e da Instrução Normativa número 2 de 12 de setembro de 1969 da Secretaria da Receita Federal”

Artigos 15 e 18 da Lei nº 9532/97:

“Consideram isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos”

Imposto sobre Importação e Produtos Industrializados:

Lei Federal nº 8010/90:

“Art. 1º - São isentas dos impostos de importações e sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados a pesquisa científica e tecnológica. § 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e por entidades sem fins lucrativos no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciadas pelo CNPq”

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços:

Convênio 104/89:

“Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção na importação de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar nacional, por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social, que preencham os requisitos previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional”

3.20 – ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS:

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é beneficiado com alíquotas diferenciadas relativamente aos seguintes impostos e contribuições:

Imposto sobre Serviços:

Lei Complementar nº 116/2003 e Decreto Municipal nº 23753 de 02 de dezembro de 2003, do município do Rio de Janeiro:

“Art. 19 – O imposto será calculado aplicando-se sobre a base de cálculo as seguintes alíquotas: II – Alíquota específica: item 8 – Serviços prestados por instituições que se dediquem, exclusivamente, a pesquisa e gestão de projetos científicos e tecnológicos, por empresas juniores e empresas de base tecnológica instaladas em incubadoras de empresas: 2%”

Programa de Integração Social:

Medida Provisória nº 2158-35 de 2001, Art. 13 e 14; Decreto nº 4524 de 17/12/2002, Art. 9º, IV; e Decreto nº 5442 de 09/05/2005, Art. 1º:

“São contribuintes do PIS/PASEP incidente sobre a folha de pagamento de salários as associações civis que preencham as condições e requisitos do art. 15 da Lei nº 9532, de 1997. Essas entidades não são contribuintes do PIS incidente sobre o faturamento”.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social:

Medida Provisória nº 2158-35 de 2001, Art. 13 e 14; Decreto nº 4524 de 17/12/2002, Art. 9º e 46, II; e Instrução Normativa nº 2121/2022 – Art. 146:

“A contribuição não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias das associações civis sem fins lucrativos, assim consideradas somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem

caráter contraprestacional direto, destinadas aos seus custeios e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Há incidência sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável por essas pessoas jurídicas”

NOTA 4 – PROVIDÊNCIAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Após atento acompanhamento, pelo Serviço de Saúde, da evolução da pandemia do Covid 19, a Direção da Associação determinou o retorno às atividades presenciais neste exercício.

O Serviço de Saúde tem monitorado a situação dos colaboradores quanto a apresentação de sintomas que podem ser associados ao Covid-19, através da plataforma disponibilizada para a informação diária de possíveis casos. E tem orientado, e segue acompanhando, a vacinação dos colaboradores conforme os calendários das Secretarias Municipais de Saúde.

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Banco do Brasil	528.256	135.791
Caixa Econômica Federal	45.627	46.500
Bradesco	587	28.335
Bancos conta movimento	574.470	210.626
Aplicações Financeiras	177.008.613	131.830.555
Total	177.583.083	132.041.181

Os recursos disponíveis da Associação são mantidos, principalmente, depositados no Banco do Brasil. Uma pequena parcela deles fica depositado em outros bancos para facilitar o recolhimento de taxas e tributos estaduais e municipais.

As aplicações financeiras da Associação seguem em Fundo Extramercado do Banco do Brasil. O Fundo Extramercado, de liquidez imediata, tem como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

NOTA 6 – RECURSOS VINCULADOS

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Recursos MME	-	141.380
Recursos Eletrobras	2.371.030	4.836.121
Recursos CHESF	283.455	347.945
Total	2.654.485	5.325.446

Os recursos vinculados aos Convênios, celebrados pela Associação com o MME e seus Associados, estão registrados em contas bancárias e aplicações financeiras específicas, sendo a relativa ao Convênio com o MME administrada pelo próprio MME, e os da Eletrobras e CHESF aplicados em Caderneta de Poupança.

Com o encerramento do Convênio com o MME, o saldo residual foi totalmente restituído ao Ente, neste exercício.

NOTA 7 – CONTAS A RECEBER

A composição das Contas a Receber está assim representada, classificadas em Vencidas e a Vencer:

	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	acima de 180 dias	Total Vencidos	a vencer	Dezembro/2022 Total
CONTRIBUIÇÕES								
Associados Especiais	-	-	-	-	-	-	4.570.200	4.570.200
Subtotal	-	-	-	-	-	-	4.570.200	4.570.200
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	785.408	12.394	18.719	9.584	175.206	1.001.311	4.291.160	5.292.471
Ajuste a Valor Presente								-35.450
Total	785.408	12.394	18.719	9.584	175.206	1.001.311	8.861.360	9.827.221

Ajuste a Valor Presente

A fim de atender ao Pronunciamento CPC 12, a Associação procedeu ao Ajuste a Valor Presente de suas Contas a Receber, relativamente a seus títulos cujo vencimento ocorrerão em sessenta dias ou mais. Para efetuar o desconto foi utilizada a taxa de 13,75%.

Para efeito comparativo, as Contas a Receber em dezembro/2021 foram assim representadas:

	Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	acima de 180 dias	Total Vencidos	a vencer	Dezembro/2021 Total
CONTRIBUIÇÕES								
Sócios Especiais	-	-	-	-	-	-	100.000	100.000
Subtotal	-	-	-	-	-	-	100.000	100.000
SERVIÇOS PRESTADOS	39.108	215.920	-	-	175.215	430.243	7.893.891	8.324.134
Ajuste a Valor Presente								-13.504
Total	39.108	215.920	-	-	175.215	430.243	7.993.891	8.410.630

7.1 – PROVISÃO PARA PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS:

Encontram-se registrados em conta de Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos, o valor de **R\$ 175.206** em 31/12/2022 e de **R\$ 175.215** em 31/12/2021.

A provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração da Associação sobre os créditos que se encontram em atraso há mais de 180 dias, efetuando análise individualizada sobre o saldo a receber de cada cliente.

Conforme o procedimento de Cobrança de Devedores, aprovado em 29/07/2019, os títulos em atraso são objeto de cobrança administrativa até sessenta dias após o vencimento. Esgotado este prazo, os títulos poderão ser enviados ao Departamento Jurídico para iniciar processo de cobrança por via judicial.

A seguir, a relação dos clientes com os valores provisionados para perdas esperadas:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
ALLTEX EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	8.141	8.141
BEGHIM INDUSTRIA E COMÉRCIO	-	17.620
BFW ENERGIA E NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS	15.000	-
CELESC GERAÇÃO S/A	-	1.408
COELBA - CIA DE ELETRICIDADE DA BAHIA	11.034	166
COLD LED LIGHT INDUSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.390	6.390
COOPER CAPRI SAS	4.760	4.760
EFACEC DO BRASIL LTDA	54.000	54.000
ELETRO E CONSTRUÇÃO REMET	7.671	7.671
FAW7 SERVIÇOS ELÉTRICOS	-	250
GRID SOLUTIONS	4.900	4.900
LEANDRO REIS LIDIZIO	-	510
LEMAG	24.747	24.747
NORTE ENERGIA S.A	1.200	1.200
PETROENGE	2.454	2.454
RAE SYSTEMS	13.300	13.300
RIBEIRÃO PRETO	2.225	2.225
S.P.T.F.	-	87
SATURNO MONTAGENS ELETRICAS LTDA	-	5.932
STAR METALÚRGICA	15.834	15.834
TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA	3.550	3.550
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	-	70
Total	175.206	175.215

NOTA 8 – ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Adiantamentos p/despesas e viagens	9.995	30.549
Adiantamentos de Férias	444.036	733.991
Outros Adiantamentos	26.412	17.949
Total	480.443	782.489

NOTA 9 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A Associação mantém registradas, neste grupo de contas, as despesas que serão apropriadas em competências subsequentes.

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Prêmios de Seguros	218.758	216.380
Assinaturas e Anuidades	136.489	52.124
Alugueis	1.378.143	614.286
Condomínio	235.263	-
Total	1.968.653	882.790

A partir deste exercício, a Associação passará a pagar cota de Condomínio, à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, juntamente com a parcela semestral do aluguel do terreno da Ilha do Fundão.

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Estoques	390.642	381.941
Auxílio INSS	38.214	51.479
Outros Créditos a Receber	133.043	46.604
Total	561.899	480.024

NOTA 11 – DIREITOS A RECEBER

A Associação contratou, no exercício passado, a aquisição de energia elétrica em ambiente de contratação livre junto a Lightcom Comercializadora de Energia S.A, para suprimento de sua unidade consumidora na Ilha do Fundão. Neste exercício, foi efetuada a aquisição, nos mesmos moldes, para suprimento da unidade de Adrianópolis, junto a Matrix Comercializadora de Energia. Tais contratações tem por objetivo a redução dos custos com o consumo de energia elétrica.

Por ocasião da celebração dos instrumentos contratuais de aquisição, a Associação efetuou depósitos em garantia de cada contrato, que serão restituídos ao final das contratações, conforme abaixo:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Lightcom Comercializadora de Energia	166.260	166.260
Matrix Comercializadora de Energia	108.220	-
Total	274.480	166.260

NOTA 12 – DEPÓSITOS RECURSAIS

Em decorrência das contestações aos processos trabalhistas e fiscais enfrentados pela Associação, estão mantidos depositados os seguintes valores a título de Depósitos Recursais, que estão apresentados em rubrica própria no Ativo Não Circulante, conforme abaixo:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Depósitos Recursais	11.078.745	10.458.523

Tais valores são objeto de permanente acompanhamento pelo Departamento Jurídico e pelo Departamento de Gestão Financeira da Associação.

NOTA 13 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

O valor de **R\$ 5.060.373**, que compõe este título do Ativo Não Circulante em 31/12/2022 e em 31/12/2021, refere-se a COFINS recolhida conservadoramente a maior no período de fevereiro a junho de 1999, tendo em vista expediente da SRRF/7ª RF nº 2/2/99. O Processo Administrativo, em que a Associação requer o

reconhecimento dos créditos relativos aos recolhimentos efetuados a maior, obteve êxito ante o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da SRF, não cabendo à Receita Federal qualquer outro recurso, na esfera administrativa.

Em outubro de 2018, a Associação protocolou, junto a SRF, uma solicitação requerendo a restituição do valor acima citado.

A Direção da Associação, adotando posição de prudência, resolveu não aplicar a atualização monetária do referido crédito, optando por efetuar a devida atualização somente por ocasião da efetiva restituição daqueles valores.

Já o valor de **R\$ 310**, que complementa o montante, trata-se de recolhimento em duplicidade que aguarda a devida compensação.

NOTA 14 – OUTROS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

A Associação tem celebrado com a Eletrobras, seu Associado Fundador, O Termo de Cooperação Técnica TCF-PRF 001/2021, para o desenvolvimento de projetos executivos e construção de uma NZEB (*Near Zero Energy Building*). Em sua Cláusula Sétima – “p” está prevista a realização de aporte financeiro, por parte da Associação, em complemento aos recursos aportados pela Eletrobras. Assim, foi efetuado o depósito de **R\$ 948.972** na conta específica do Convênio.

NOTA 15 – ATIVO IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da Associação é composto pelo Terreno, onde se encontra edificada a unidade de Adrianópolis, e demais instalações e equipamentos, conforme abaixo:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	399.586.096	391.794.936
Terrenos	409.424	409.424
Edificações	128.284.875	126.946.324
Máquinas e Equipamentos	267.685.490	261.237.886
Móveis e Utensílios	2.623.927	2.618.922
Veículos	582.380	582.380
DIREITO DE USO - ARRENDAMENTO - IFRS 16	15.645.502	1.535.716
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	13.953.348	9.690.424
Total	429.184.946	403.021.076
(-) Depreciações	-270.469.374	-255.792.568
ATIVO IMOBILIZADO LÍQUIDO	158.715.572	147.228.508

Redução do Valor Recuperável do Ativo Imobilizado

A administração da Associação, amparada por parecer técnico emitido por Consultoria Jurídica independente, resolveu não aplicar os testes de recuperabilidade de seu Ativo Imobilizado, por entender que a constituição jurídica da Associação e a natureza de seus ativos não são qualificáveis como estando no escopo do Pronunciamento CPC 01.

O referido Parecer, que amparou a decisão da administração da Associação, foi convalidado por novo parecer emitido, recentemente, por outra Consultoria Jurídica Independente, que entende que as premissas para a não aplicação dos testes de recuperabilidade seguem inalteradas e robustas.

NOTA 16 – DIREITO DE USO

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Direito de Uso - IFRS 16	15.645.502	1.535.716
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Circulante)	-3.155.395	-1.535.716
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Não Circulante)	-12.490.107	-

Direito de Uso de Bens em Arrendamento

Em atendimento ao IFRS 16, foi emitido o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) com a finalidade de orientar o registro dos contratos de arrendamento de bens. Ficou estabelecido que as entidades devem registrar em seus Ativos o Direito de Uso do bem arrendado, e nos seus Passivos as obrigações decorrentes do arrendamento.

Para a aplicação da norma, foi estabelecido um diagnóstico, desenvolvido pelos profissionais da Associação, com a finalidade de identificar as situações aderentes.

A Associação mantinha contrato de cessão de uso do terreno onde está instalada sua sede na Ilha do Fundão – Cidade Universitária, no Rio de Janeiro, junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que venceu em novembro de 2022, conforme informado na Nota 41 destas Notas Explicativas. Um novo Termo de Contrato de Cessão de Uso Oneroso foi firmado, em 16/12/2022, com prazo de duração de cinco anos, podendo ser prorrogado mediante termo de aditamento.

Os termos do referido contrato de cessão de uso indicam situação de arrendamento, conforme diagnóstico também desenvolvido pelos profissionais dos quadros da Associação, ainda que estejam vedadas possibilidades de alienação do bem arrendado.

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Direito de Uso - IFRS 16 (no início do exercício)	1.535.716	2.558.879
Realização do Direito de Uso no período - contrato anterior	-1.670.750	-1.693.824
Reajuste do Direito de Uso no exercício - contrato anterior	135.034	670.661
Renovação do Direito de Uso - IFRS 16 no exercício	15.776.977	-
Realização do Direito de Uso no período - contrato atual	-131.475	-
Direito de Uso - IFRS 16 no exercício	15.645.502	1.535.716

NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL

Os bens Intangíveis da Associação se constituem em suas Patentes Registradas/Depositadas e as suas Licenças de Uso de Software (Logiciais), conforme abaixo:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Patentes	3.820.811	3.761.729
Logiciais (Software)	23.209.817	20.713.557
Total	27.030.628	24.475.286
(-)Amortizações	-24.606.259	-22.206.518
ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	2.424.369	2.268.768

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

As Obrigações Circulantes da Associação são aquelas cujos vencimentos ocorrerão em até 360 dias a partir da apuração das Demonstrações Contábeis, e estão assim classificadas:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Fornecedores	8.144.688	7.469.940
Salários a Pagar	3.183.015	5.274.717
Encargos Sociais	2.282.208	3.293.773
Pensões Judiciais	46.108	83.642
Contribuições/Repasse Eletros	2.362.028	2.100.301
Outras Contas a Pagar	1.616.702	597.223
Total	17.634.749	18.819.596

NOTA 19 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Imp. de Renda retido na fonte - Folha Pagto	3.289.889	3.707.176
Imposto s/Serviços próprio	108.086	190.664
COFINS própria	66.081	34.602
Imposto s/Serviços retido na fonte	149.353	113.011
INSS retido na fonte	465.682	309.726
Imp. e Contribuições retidos na fonte	391.504	356.911
Total	4.470.595	4.712.090

NOTA 20 – FINANCIAMENTOS

A Associação tem celebrado com a Fundação Eletros os seguintes Termos de Compromisso:

CONTRATO	PRAZO	VALOR CONTRATADO	MOEDA
Contribuição Extraordinária II	2020/2034	774.636	URE *
Contribuição Extraordinária III	2020/2035	315.889	URE *

*URE (Unidade de Referência da Eletros)

Os Termos de Compromisso das Contribuições Extraordinárias II e III foram contratadas pela quantidade de URE's, e são atualizados conforme a variação da unidade de referência.

As Contribuições Extraordinárias II e III tratam do equacionamento dos déficits atuariais dos exercícios de 2013 e 2015, respectivamente, relativos ao Plano BD Eletrobras, conforme Nota 23 destas Notas Explicativas. Celebrados em janeiro de 2020, seus pagamentos iniciaram em fevereiro daquele exercício, e têm previsão de quitação em até quinze anos.

No exercício passado, foram registrados os efeitos da reavaliação técnica atuarial do Plano BD Eletrobras, realizada pela Consultoria Atuarial da Fundação Eletros, que resultou no incremento do valor a equacionar, de responsabilidade da Associação enquanto patrocinadora, relativos aos exercícios de 2013 e 2015, no montante de R\$ 7.150.827, com reflexos nos saldos das Contribuições Extraordinárias e nos resultados da Associação naquele exercício.

Também no exercício passado, foi implantado o Plano CD Eletrobras I. Devidamente aprovado pela PREVIC, este Plano visa a migração dos participantes, tanto do Plano BD Eletrobras quanto do Plano CD Eletrobras.

Aberto o processo de migração dos participantes, ativos e assistidos, do Plano BD Eletrobras, as Patrocinadoras se obrigam a integralizar o saldo a equacionar de sua responsabilidade relativo a cada participante que migrar. Desta forma, a Associação repassou a Fundação Eletros os montantes de R\$ 2.299.355 em novembro de 2021 e de R\$ 3.343.418 em dezembro de 2021, que foram deduzidos do saldo das Contribuições Extraordinárias. No primeiro trimestre de 2022, novas fases de migração seguiram ocorrendo. A Associação repassou os montantes de R\$ 1.239.025 em janeiro de 2022 e de R\$ 4.024.511 em fevereiro de 2022. Ao final do processo de migração, os Termos de Compromisso para o equacionamento dos déficits de 2013 e 2015 (Contribuições Extraordinárias II e III) foram objeto de nova avaliação atuarial, devido à fato relevante (migrações) sendo estabelecidos novos saldos a equacionar, de responsabilidade da Associação enquanto Patrocinadora do Plano BD Eletrobras.

Em julho deste exercício, os Termos de Compromisso para o equacionamento dos déficits de 2013 e 2015 foram aditados para refletirem os efeitos das migrações para o Plano CD Eletrobras I, bem como para a incorporação do equacionamento do déficit de 2020, ficando assim representados:

TERMO DE COMPROMISSO	Dezembro/2022		Dezembro/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contribuição Extraordinária II	2.140.172	16.814.774	3.273.023	13.793.568
Contribuição Extraordinária III	806.212	6.919.122	954.009	8.775.109
Total	2.946.384	23.733.896	4.227.032	22.568.677

NOTA 21 – PROVISÃO PARA BONIFICAÇÃO PRÊMIO DE METAS

Assim como seus Associados Fundadores, a Associação, baseada em indicadores de desempenho próprios e do conjunto das demais empresas que compõem o Sistema Eletrobras, bonifica seus colaboradores efetivos, anualmente, na medida que as metas estabelecidas são alcançadas.

Para este fim, a Associação mantém provisionados **R\$ 7.566.135** para efetuar o pagamento da bonificação das metas de desempenho relativas ao exercício de 2021, tão logo seja aprovado na Assembleia Geral da Associação.

A bonificação das metas de desempenho, relativa a 2022, foi provisionada no montante de **R\$ 7.407.952**, perfazendo o montante provisionado de **R\$ 14.974.087**.

NOTA 22 – PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

As provisões sobre a Folha de Pagamento apresentam os seguintes saldos:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Provisão de Férias	15.235.118	14.555.669
Total	15.235.118	14.555.669

As Provisões de Férias e do 13º Salário estão constituídas de acordo com o previsto nos Artigos 342 e 343 do Decreto nº 9580/2018. Tendo sido, o 13º Salário, quitado em dezembro de 2022, não há qualquer valor provisionado.

NOTA 23 – PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é um dos patrocinadores da Fundação Eletrobras de Seguridade Social – ELETROS, que assegura a seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. O mais antigo plano em operação, através da ELETROS, é o de Benefício Definido (BD), sendo o regime de capitalização adotado conforme as reavaliações atuariais. Não estão sendo permitidas novas adesões a este Plano.

No exercício de 2006, por força do Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 1004 de 29/03/2006, bem como pelo seu Termo de Adesão, o CEPEL implementou o Plano de Contribuição Definida – CD ELETROBRAS, e, a partir de abril daquele ano, a adesão e migração foram abertas aos empregados participantes do Fundo.

Os déficits atuariais do Plano BD, relativos aos exercícios de 2013 e 2015, tiveram seus termos de equacionamentos celebrados através dos Termos de Compromisso das Contribuições Extraordinárias II e III, respectivamente, com os pagamentos iniciados em fevereiro de 2020; e seus saldos estão apresentados na Nota 20 destas Notas Explicativas.

No exercício de 2021, passou a vigorar o Plano CD Eletrobras I, que teve aberta a migração para os participantes ativos e assistidos do Plano BD Eletrobras. As migrações dos participantes do Plano CD Eletrobras ocorreram no segundo trimestre de 2022. Relativamente aos participantes do Plano CD Eletrobras com parcela BPDS, a Associação efetuou o pagamento da parcela de sua responsabilidade no montante de **R\$ 2.301.531**.

O valor provisionado, no segundo trimestre de 2022, de **R\$ 2.533.622** referente ao déficit atuarial do Plano BD, relativo a 2020, foi objeto de aditamento aos Termos de Compromisso para o equacionamento dos déficits de 2013 e 2015, em julho de 2022, passando a fazer parte integrante daqueles documentos.

As contribuições ordinárias efetuadas pelo CEPEL a ELETROS, neste exercício de 2022, totalizaram **R\$ 7.885.301**; e no exercício de 2021, as contribuições totalizaram **R\$ 7.358.718**.

Conforme informado na Nota 20, o déficit do Plano BD relativo à 2020 encontra-se equacionado. Neste exercício, foram provisionados déficits apurados no Plano BD Eletrobras e no Plano CD Eletrobras, relativos a 2021. Tais déficits resultam em Provisões Matemáticas a Constituir para o Plano BD Eletrobras. No Plano CD Eletrobras ocorreram déficits no segmento de Renda Vitalícia e no segmento BPDS, a saber:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Provisão do Déficit 2020 - Plano BD Eletrobras	-	2.396.374
Provisão do Déficit 2021 - Plano BD Eletrobras	3.743.721	-
Provisão do Déficit 2021 - Plano CD Eletrobras (Renda Vitalícia)	252.343	-
Provisão do Déficit 2021 - Plano CD Eletrobras (BPDS)	7.491.843	-
Total	11.487.907	2.396.374

Segue provisionada, ainda neste exercício, em favor da Fundação Eletros, a Dotação Adicional para empregados em Situação Especial (SB 40) que foram desligados e, também, para aqueles que seguem em atividade, conforme abaixo:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Dotação Adicional (SB40) - Desligados ACT 2020	435.747	392.348
	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Dotação Adicional (SB40) - Empregados Ativos	1.009.322	1.617.127

NOTA 24 – PROVISÃO PARA DESPESAS MÉDICAS - DESLIGADOS

O Plano de Demissão Consensual-PDC do Cepel, implantado em 2018, com extensões em 2019, previa, além dos incentivos oferecidos, o pagamento de despesas médicas por 60 meses na versão original, e por 36 meses nas extensões, a partir do desligamento.

Em 2020, conforme previsto no ACT 2019/2020, foram provisionados os desligamentos de nove empregados, que terão as despesas médicas pagas por 24 meses.

Para o cumprimento desta obrigação, foi efetuada a complementação das Provisões para o pagamento destas despesas, ficando o montante total provisionado desta forma:

Circulante:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Provisão p/Despesas Médicas - Desligados PDC	1.409.670	2.706.292
Provisão p/Despesas Médicas - Desligados ACT 2020	-	356.377
Total	1.409.670	3.062.669

Com o fim desta obrigação no exercício de 2023, não há valores provisionados no Passivo Não Circulante.

NOTA 25 – PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Circulante)	3.155.395	1.535.716
Passivo de Arrendamento - IFRS 16 (Não Circulante)	12.490.106	-
Total:	15.645.502	1.535.716

Movimentação do Passivo de Arrendamento

Saldos em 31/12/2020	2.558.879
Pagamentos realizados no exercício de 2021	-1.693.824
Reajuste do Direito de Uso no exercício de 2021	670.661
Saldos em 31/12/2021	1.535.716
Pagamentos realizados no período	-1.823.350
Reajuste do Direito de Uso no exercício de 2022	287.634
Renovação do Direito de Uso - IFRS 16 no exercício	15.776.977
Realização do Direito de Uso no período - contrato atual	-131.475
Saldos em 31/12/2022	15.645.502

NOTA 26 – RECEITAS ANTECIPADAS

Com sua adesão ao quadro de Associados Especiais do Centro, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, realizou o pagamento, ainda no exercício de 2021, de sua Contribuição Estatutária Ordinárias relativa ao exercício de 2022. Registrada em 2021 como Receita Antecipada, a Associação procedeu em 2022 a apropriação desta Contribuição em suas Receitas Operacionais.

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Contribuição Estatutária Ordinária	-	100.000

NOTA 27 – OBRIGAÇÕES DE CONVÊNIOS

O saldo das Obrigações de Convênio, registradas no Passivo Não Circulante, em 31/12/2022 e em 31/12/2021, tem a seguinte composição:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
CONVÊNIO MME - MATRIZ ENERGÉTICA	89.630	89.630
CONVÊNIO CEPEL-FDT-PROCEL-SMDH	168.915	168.915
CONVÊNIO FINEP/ADINPE	416.680	416.680
CONVÊNIO FINEP/CONTERAIOS	322.206	322.206
CONVÊNIO FINEP/HELIOTERM	120.971	120.971
CONVÊNIO MME - METPE	-	141.380
CONVÊNIO Eletrobras ECV 2/20	5.874	29.515
CONVÊNIO Eletrobras ECV 3/20	5.115.378	3.571.233
CONVÊNIO Eletrobras ECV 4/20	6.598.718	6.477.717
CONVÊNIO-CHESF CVI 080/20	440.577	116.726
CONVÊNIO-CHESF CDVE 4542/20	118.727	428.020
CONVÊNIO Eletrobras ECV 1/21	1.382.208	-
Total	14.779.884	11.882.993

O Convênio MME-Matriz Energética, de nº 037/2005-MME, que tem como objeto o “desenvolvimento de metodologia e protótipo computacional para aprimorar a representação e interação do modelo de oferta de energia elétrica com os modelos de oferta dos demais setores nos estudos de projeção da Matriz Energética Nacional”, foi assinado em 23 de dezembro de 2005 com vigência de 24 meses. O prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97-STN. A vigência deste Convênio está encerrada e a sua prestação de contas final foi apresentada no prazo. Sua quitação segue tramitando no MME.

O Convênio FDT-PROCEL-SMDH nº ECV 256/2007, que tem como objeto “a Implementação de um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos”, foi assinado em 28 de dezembro de 2007 com vigência de 36 meses, e o seu prazo para prestação de contas é de trinta dias após o término da vigência, conforme previsto no Manual de Prestação de Contas do PROCEL. A prestação de contas final foi apresentada e a Associação aguarda a quitação pelo PROCEL.

O Convênio FINEP-ADINPE nº 01/09.0539.00, que tem como objeto a “Atualização do Atlas Eólico Brasileiro”, foi assinado em 04 de novembro de 2009 com vigência de 30 meses. O seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme Portaria Interministerial nº 127 de 29 de maio de 2008. O Convênio foi prorrogado até o dia 04 de dezembro de 2016 e aguarda a homologação de sua prestação de contas final, apresentada no prazo convencionado.

O Convênio FINEP-CONTERAIOS nº 01.10.0513.00 tem por objeto a execução do Projeto intitulado “Contadores de descargas atmosféricas como ferramenta auxiliar aos sistemas especialistas de localização e acompanhamento de tempestades”, e foi assinado em 25 de outubro de 2010 e o prazo de sua vigência é de 24 meses, sendo de sessenta dias contados do término da vigência, o prazo para a prestação de contas. Este Convênio teve sua vigência encerrada e sua prestação de contas final foi apresentada tempestivamente e segue em análise na FINEP.

O Convênio FINEP-HELIOTERM nº 01.12.0324.00 tem por objeto a “Implantação de uma Planta Piloto de Geração Heliotérmica na Região do Semiárido do Brasil”. Este convênio foi firmado em 06 de agosto de 2012 com vigência de 36 meses, sendo que sua prestação de contas tem prazo de sessenta dias após seu término, conforme Instrução Normativa 01/97-STN. O Convênio teve a vigência terminada em maio de 2017 e sua prestação de contas final, apresentada no prazo estabelecido, está em análise na FINEP.

O Convênio MME – METPE nº 796238/2013 tem por objeto “o Assessoramento Técnico do CEPEL à SPE no Planejamento da Expansão de Sistemas de Energia”. Este Convênio foi firmado em 04 de junho de 2014, com vigência de 36 meses. A prestação de contas final foi apresentada e segue em análise do MME. Os recursos remanescentes foram restituídos ao MME.

O Convênio Eletrobras ECV 2 tem por objeto “a formação de um banco de dados com informações consolidadas e confiáveis permitindo monitorar a evolução da eficiência energética de transformadores imersos em óleo para redes aéreas de distribuição”. Este Convênio foi assinado em 03 de maio de 2020, com vigência de quatro meses após findo o prazo de execução, que é de até 24 meses.

O Convênio Eletrobras ECV 3 tem por objeto “a realização de ensaios nas áreas de refrigeração comercial, de condicionadores de ar residencial tipo *inverter* e condicionadores de ar comerciais do tipo Multi Split e VRF”. O presente Convênio foi assinado em 04 de junho de 2020 e tem prazo de até dezoito meses para a execução física e financeira. Sua vigência é de até quatro meses após findo o prazo de execução.

O Convênio Eletrobras ECV 4 tem por objeto “a realização de ensaios em motores elétricos trifásicos fracionários e com potência até 370 Kw”. O presente Convênio tem vigência até junho de 2022.

O Convênio CHESF CVI 080/20 tem por objeto o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias de geração de energia fotovoltaicas para a CHESF. O presente Convênio teve início no exercício de 2020 e tem vigência até abril de 2023.

O Convênio CHESF CVDE 4542/20 tem por objeto desenvolver cooperação técnica e científica, com vistas ao desenvolvimento de atividades no campo da pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento tecnológico, produção e informação técnica e científica, visando a instalação de uma planta heliotérmica. O presente Convênio terá vigência até fevereiro de 2025.

O Convênio Eletrobras ECV 1/21 é regido por Termo de Cooperação Técnica, cujo objeto é o desenvolvimento de projeto executivo e a construção de uma NZEB – Near Zero Energy Building, de acordo com proposta técnica aprovada, na Chamada Pública Procel Edifica – NZEB Brasil, com objetivos de promover a disseminação de edificações NZEB no país. O período de vigência do presente Convênio se encerra em junho de 2023.

NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS/ FISCAIS/ CÍVEIS

A Associação enfrenta diversos processos de ações em curso na Justiça do Trabalho e de outras esferas, em variados estágios de julgamento. Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte os prognósticos da Consultoria Jurídica, foram efetuadas as Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis.

Registradas no Passivo Não Circulante, grupo Exigível à Longo Prazo, elas representam o **provável** revés nesses processos.

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Provisão para Contingências Trabalhistas	12.717.149	11.232.033
Provisão para Contingências Cíveis	94.210	-
Total	12.811.359	11.232.033

A Associação enfrenta, também, processos de ações nas esferas trabalhista, cível e tributária, que apresentam grau de risco médio, com prognóstico de revés **possível**, de acordo com análise da Consultoria Jurídica. Os valores estimados de tais processos são:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Contingências Trabalhistas de Grau Médio	4.414.345	3.434.584
Contingências Cíveis de Grau Médio	240.000	197.669
Contingências Tributárias de Grau Médio	48.224.130	44.218.825
Total	52.878.475	47.851.078

Desde 2017, a Associação vem sendo questionada pela Receita Federal do Brasil quanto ao cumprimento, durante o ano-calendário de 2014, dos requisitos legais para usufruto da isenção tributária, conforme Mandado de Procedimento Fiscal 07.1.08.00.2017-00476-0.

Em abril de 2019, a Receita Federal publicou o Ato Declaratório Executivo ADE DRF RJ I nº 23, declarando a suspensão da isenção tributária da Associação, relativa ao ano-calendário de 2014, tendo sido apresentada impugnação administrativa tempestiva contra o referido Ato Declaratório.

Em 30 de Agosto de 2019, a Associação recebeu quatro autos de infração, totalizando **R\$ 40.588.964**, reivindicando valores de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL, todos referentes ao ano-calendário de 2014. Os aludidos autos de infração seguem sendo contestados pela Associação.

Em 23 de setembro de 2022, foi lavrado o Auto de Infração 07597/2022, no valor de **R\$ 224.121**, relativo à compensação de impostos não homologada. A devida impugnação administrativa já foi apresentada.

A Associação, amparada pelas indicações recebidas do escritório especializado contratado, projeta que as chances de perda desses processos são classificadas, neste momento, como **possíveis**. Tendo em vista esta perspectiva, não foi constituída qualquer provisão para estas contingências nas demonstrações contábeis.

NOTA 29 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social tem a seguinte composição:

Patrimônio Social - saldo em 31/12/2021	182.477.710
Absorção do Resultado de 2021	25.789.889
Total do Patrimônio Social em 31/12/2022	208.267.599

NOTA 30 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

As receitas com Contribuições estão previstas no Estatuto da Associação e se constituem na principal fonte de recursos para o financiamento de suas atividades. Estão assim apresentadas, no período:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Associados Fundadores		
Eletrobras	111.524.221	80.332.308
CHESF	24.709.354	22.042.875
Furnas	34.442.226	36.738.125
Eletronorte	24.327.513	22.353.338
CGT Eletrosul	7.452.280	8.123.783
Sub Total	202.455.594	169.590.428
Associados Especiais	3.665.717	2.645.267
Contribuições Complementares	527.091	350.000
Contribuições Extraordinárias	7.940.090	-
Total	214.588.492	172.585.695

A Resolução RES-782/2021 da Diretoria Executiva da Eletrobras definiu a Contribuição Institucional da Eletrobras e de suas Controladas, Sócias Fundadoras da Associação, para o exercício de 2022. E a Resolução RES-326/2022 aprovou a revisão dos valores das contribuições associativas para todos os Associados Fundadores, em atendimento ao Art. 3º IV, § 4º I da Lei 14.182 de 12/07/2021.

Contribuições Complementares:

O Associado Fundador Eletrobras efetuou, neste exercício, o pagamento da segunda parcela da contribuição complementar às contribuições ordinárias definidas pelo Conselho Deliberativo, no valor de **R\$ 250.000**, conforme Resolução RES-344/2021 de 17/05/2021. O objetivo da disponibilização da referida contribuição complementar é o desenvolvimento de novas funcionalidades do Sistema IGS – Sistema de Indicadores da Sustentabilidade Empresarial.

Neste exercício, o Associado Fundador Furnas efetuou a contribuição complementar, no valor de **R\$ 277.091**, com respaldo no Termo de Compromisso para a implantação do Projeto SOMA TR em suas instalações.

Contribuições Extraordinárias:

O Associado Especial Petrobras efetuou, neste exercício, dois aportes, além de sua contribuição regular, a título de Contribuição Extraordinária.

A primeira contribuição, efetuada em agosto de 2022 no valor de **R\$ 3.369.890**, estava prevista no Termo de Adesão ao Quadro Associativo do Cepel, em sua cláusula 8.1.1, e será destinada a execução de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento incluídos no escopo da Lei nº 9991/2000, conforme cláusula 8.3.

A outra contribuição extraordinária, efetuada em dezembro de 2022, estava prevista no Termo de Compromisso, cujo objeto, conforme cláusula primeira, é o Estudo Conceitual para Interligação Elétrica de Sistemas de Produção Offshore (FPSO) de Búzios – MICROGRID. O valor do aporte, de **R\$ 4.570.200** estava previsto na cláusula segunda do mesmo instrumento.

NOTA 31 – RESULTADO DE CONVÊNIOS (RESTRITOS)

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Receitas (Restritas)		
Convênio MME - METPE	-	692
Convênio CHESF - CVI 080/20	2.689	8.715
Convênio Eletrobras - ECV 02	166.793	255.334
Convênio Eletrobras - ECV 03	-	27
Convênio CHESF - CVDE 4542/20	4.538	239
Total	174.020	265.007
Despesas (Restritas)		
Serviços de Consultoria	166.793	255.180
Despesas Bancárias	-	438
Despesas Tributárias	-	692
Despesas de Viagens	4.538	297
Serviços Eventuais	2.689	8.400
Total	174.020	265.007
Resultado de Convênios no período (Restritos)	-	-

Os recursos recebidos pela Associação, a título de Convênios, são mantidos em contas separadas das suas Disponibilidades e têm utilização restrita aos objetos descritos nos respectivos planos de trabalho.

NOTA 32 – RECEITA DE ROYALTIES

A Associação recebeu, no último trimestre do exercício de 2021, montante referente ao contrato de Royalties celebrado com a empresa parceira Eirgrid PLC, relativo ao Sistema Integra, conforme ND 16019 de 18/10/2021.

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Receita de Royalties	-	33.000

NOTA 33 – RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita com Prestação de Serviços está apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício líquida das deduções, e tem a seguinte composição:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Receita de Prestação de Serviços	44.203.173	37.079.702
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-29.036
(-) Impostos	-1.083.242	-883.287
(-) Ajuste a Valor Presente	-113.580	-98.944
Receita Líquida de Prestação de Serviços	43.006.351	36.068.435

NOTA 34 – DESPESAS COM PESSOAL PERMANENTE

As Despesas com Pessoal Permanente estão assim classificadas:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Remunerações	89.079.622	72.866.811
Benefícios Sociais	38.893.589	21.408.759
Encargos Sociais	29.620.851	22.943.064
Quitações Trabalhistas (Reversão)	12.107	-2.019.848
Total	157.606.169	115.198.786

A reversão, em 2021, da Provisão para Quitações Trabalhistas ocorreu devido ao pagamento das Rescisões de Contrato de Trabalho, provisionadas em 2020, terem montado valor inferior à provisão.

As despesas com os Benefícios Sociais que a Associação proporciona a seus empregados, têm a seguinte composição:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Contribuições p/Fundação Eletros	21.734.904	7.358.718
Déficit Atuarial - Plano BD Eletrobras	3.459.344	7.150.827
Dotação Adicional - SB 40 (Reversão)	-	-3.007.241
Vale Transporte	3.465	-
Seguro de Vida	561.525	683.588
Complementação Salarial	140.421	155.569
Despesas Médicas	11.822.944	8.045.073
Auxílio Creche	965.365	864.862
Bolsas de Estudo	205.621	157.363
Total	38.893.589	21.408.759

NOTA 35 – SERVIÇOS DE TERCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Contratados - Pessoa Física	16.912	27.128
Contratados - Pessoa Jurídica	13.629.907	13.526.640
Estagiários	1.201.784	1.144.683
Assessoria e Consultoria	3.403.245	2.218.311
Convênio Sócio-educativo	49.013	49.489
Cessão Programas de Computador	5.004.331	1.279.650
Vale Alimentação	5.015.704	4.682.654
Fretes	210.024	66.263
Serviços Eventuais	623.825	550.198
Total	29.154.745	23.545.016

NOTA 36 – DESPESAS GERAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
MATERIAIS	2.009.550	1.470.412
VIAGENS	868.981	248.307
SEGUROS	567.190	565.961
SERVIÇOS PERMANENTES	13.429.684	11.035.074
Conservação e Limpeza	7.075.890	5.103.158
Segurança	2.125.524	1.925.745
Reprodução e Cópias	158.576	104.760
Transportes	4.069.694	3.901.411
UTILIDADES E SERVIÇOS	14.643.850	12.843.569
Energia Elétrica	4.421.609	4.446.136
Telefone, Água e Outros Serviços Públicos	970.305	1.029.042
Manutenção e Reparos	9.251.936	7.368.391
BIBLIOTECA	558.461	973.326
OUTROS	3.408.947	858.874
Condução e Refeição	52.456	33.134
Congressos, Cursos e Seminários	250.527	135.638
Despesas de Importação	24.822	-
Despesas Legais e Judiciais	50.754	5.712
Contribuições Institucionais	100.351	95.986
Publicidade Legal	34.893	48.110
Perdas com Títulos Incobráveis	25.366	253.499
Outras Indenizações	1.125.620	776.536
Provisões (Cont.Trab./Dev.Duvidosos/Fiscais)	1.522.559	-507.976
Recuperação de Despesas	-98.970	-
Despesas Diversas	320.569	18.235
Total	35.486.663	27.995.523

NOTA 37 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Esta rubrica está composta conforme abaixo:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Imp.Renda s/Rendimentos Aplic. Financeiras	3.112.164	529.606
IPTU	24.309	22.016
IPVA	12.058	10.924
COFINS	508.328	136.763
Outros Impostos e Taxas	20.411	82.323
Total	3.677.270	781.632

NOTA 38 – DESPESAS DE DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REALIZAÇÃO DE DIREITO DE USO

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Depreciação do Ativo Imobilizado	14.903.209	14.325.650
Amortização do Ativo Intangível	2.399.742	998.963
Realização do Direito de Uso	1.954.825	1.693.823
Total	19.257.776	17.018.436

A Depreciação do Ativo Imobilizado é estabelecida em função do tempo de vida útil estimado por espécie de bem, com base na legislação vigente.

Descrição	Anos
Edificações	25
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	5
Equipamentos de Informática	5

A Amortização do Ativo Intangível é calculada conforme o tempo de vida estimada de cada item. No caso dos softwares, está estimada em cinco anos. Já as patentes, a amortização é calculada pelo tempo de sua detenção, que, neste caso, é de dez anos.

A Realização do Direito de Uso ocorre pelo pagamento e contabilização das parcelas mensais do arrendamento.

NOTA 39 – GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

A Associação não conta com um Comitê Patrimonial e de Gestão de Investimentos para o aconselhamento sobre alocações de investimentos financeiros, devido aos seus investimentos estarem em Ativos Livres de Riscos (Fundo DI - Extramercado e cadernetas de poupança no Banco do Brasil).

a) Derivativos

A Associação não opera com instrumentos financeiros com características de derivativos.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Associação adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em títulos públicos federais ou operações compromissadas lastreadas em títulos do Governo.

c) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade da Associação computar perdas derivadas da dificuldade de realização das aplicações financeiras de curto prazo. O risco associado a esses instrumentos financeiros é minimizado através da aplicação exclusiva em ativos livres de riscos.

d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A Associação administra o risco de liquidez de curto, médio e longo prazos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais.

e) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Associação, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de câmbio, índices de preços e moedas. A Associação não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, ainda que estes são monitorados periodicamente. A Associação também não pratica aplicações de caráter especulativo ou qualquer operação com outros ativos de riscos.

f) Categoria dos Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial são como seguem:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Ativos Financeiros Mensurados ao custo amortizado		
Equivalentes de Caixa	574.470	210.626
Aplicações Financeiras	177.008.613	131.830.555
Recursos Vinculados	2.654.485	5.325.446
Contas a Receber	9.827.221	8.410.630
Outros	836.380	646.284
Total	190.901.169	146.423.541
Passivos Financeiros Mensurados ao custo amortizado		
Obrigações a Pagar	17.634.749	18.819.596
Empréstimos e Financiamentos	26.680.280	26.795.709
Total	44.315.029	45.615.305

NOTA 40 – SEGUROS

O Programa de Seguro Patrimonial da Associação tem contratada a Apólice de Riscos Nomeados Operacionais, conforme Contrato nº 267/2019 com vigência até outubro de 2023.

Riscos Nomeados Operacionais - Prêmio Anual: **R\$ 554.000:**

Compreende as coberturas de instalações prediais e equipamentos para os casos de Incêndio/Raio/Explosão; Danos Elétricos; Equipamentos Estacionários Danos Operacionais; Equipamentos em Trânsito Objetos Portáteis; Quebra de Máquinas; Bens de Terceiros; Vidros; Roubo/Furto Qualificado/Extorsão/Apropriação Indébita; Vendaval/Queda de Aeronave/Granizo/Impacto de Veículos; Alagamento e Inundação/etc; Movimentação Interna; Responsabilidade Civil Operações/Empregador/Veículos.

Para efeito dos valores demonstrados, o Valor em Risco - VR contratado através da Apólice Riscos Nomeados e Operacionais é da ordem de R\$ 370.000.000,00 e o limite máximo de indenização é da ordem de R\$ 95.000.000,00. Na composição do Valor em Risco – VR, as unidades Ilha do Fundão e Adrianópolis respondem na proporção de 20,27% e 79,73%, respectivamente, e na composição do Limite Máximo de Indenização – LMI, o valor está unificado para ambos os locais de risco.

Transporte Internacional Importação – Prêmio: Averbação mensal

Compreende a cobertura de bens e equipamentos adquiridos no exterior, transportados via aérea ou marítima, até o devido desembaraço alfandegário. O valor referente ao prêmio da Apólice de Seguro de Transporte Internacional será averbado, conforme movimentação mensal de bens/equipamentos adquiridos no exterior.

Auto RCF – Prêmio Anual **R\$ 14.384**

Compreende a cobertura total da frota do Cepel para sinistros provenientes de colisão, incêndio, roubo e alagamentos com 110% da Tabela FIPE. Danos materiais, danos pessoais e danos morais contra terceiros e propriedade.

NOTA 41 - REMUNERAÇÕES

A Associação informa um número de 255 empregados efetivos, em 31/12/2022, e os valores da menor e maior remuneração, praticadas na mesma data, são de **R\$ 2.783,81** e de **R\$ 61.758,78** respectivamente, e que a remuneração média praticada nesta data é de **R\$ 19.619,21**. Estes valores incluem salários e adicionais.

NOTA 42 - OUTROS

ALUGUEL:

A sede da Associação está situada em terreno de propriedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na Cidade Universitária – Ilha do Fundão – Rio de Janeiro, cuja cessão de uso foi contratada através do Convênio ECV-81/72 de 20/11/1972, entre a Universidade e a Eletrobras. O primeiro aditivo ao Convênio sub-roga todos os direitos e obrigações dele decorrentes ao Cepel. O valor do respectivo aluguel é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e pago semestralmente.

A vigência deste Convênio entre a UFRJ e a Associação, se encerrou em 19/11/2022. A assinatura, em 16/12/2022, do Termo de Contrato de Cessão de Uso Oneroso nº 209/2022 deu prosseguimento a cessão de uso do deste espaço.

O prazo de vigência da cessão de uso é de cinco anos, a contar da data de assinatura do Termo de Cessão de Uso, de acordo com a cláusula segunda.

O valor da cessão foi estipulado em **R\$ 3.155.395** anuais, que serão pagos em duas parcelas semestrais no valor de **R\$ 1.577.698**, conforme cláusula quarta do Termo de Cessão de Uso. Este valor será atualizado, anualmente, pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), ainda de acordo com a cláusula quarta.

O Termo de Contrato de Cessão de Uso Oneroso também prevê, em sua cláusula quinta, Contrapartidas Eventuais de interesse da UFRJ, que se constituem na utilização em determinadas ocasiões, previamente acordadas e agendadas, em atividades acadêmicas e de pesquisas conjuntas, por professores e alunos da Universidade com pesquisadores da Associação.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Além dos benefícios descritos na nota 23, a Associação vem desenvolvendo e ampliando mecanismos e recursos para garantir a melhoria contínua das competências de seus empregados. Após dois exercícios enfrentando a realidade da Covid-19, as atividades foram retomadas e retornaram aos patamares de exercícios anteriores à pandemia.

Assim, neste exercício de 2022, através de uma nova dinâmica para retornar à normalidade das atividades, foi possível gerar oportunidade de Treinamento para 260 colaboradores, que representam 95,24% do quadro efetivo, o que se traduziu em 10.257,34 horas de atividades.

PATENTES:

A Associação mantém registros de patentes já concedidas e depositadas junto ao INPI, que seguem demonstradas abaixo:

PATENTES CONCEDIDAS:

1. PI-9803488-0 Sistema de Telecomando para Controle Remoto de Cargas Elétricas
2. PI-9902611-2 Processo de identificação dos consumidores fraudadores em uma rede de distribuição de energia elétrica numa determinada região, e sistema e processo de determinação da existência de condutores escondidos que não passam por um medidor de energia elétrica
3. PI-0002430-9 Medidor de energia elétrica e alojamento para um medidor de energia elétrica
4. PI-0801469-8 Sistema de Monitoramento para Transformadores Usado em Sistema de Medição Indireta de Energia Elétrica em uma Instalação de Medição de Energia Elétrica e Método de Monitoramento e Diagnóstico de Transformadores em uma Instalação de Medição Indireta de Energia Elétrica
5. PI-0705108-5 Sistema e Método de Avaliação de Buchas Capacitivas
6. PI-0800367-0 Dispositivo para o Estabelecimento de Contato Elétrico em Circuitos de Alta Tensão
7. PI-0905866-4 Robô para Inspeção de Cabos Condutores

PATENTES DEPOSITADAS:

8. BR102014021142-0 Metodologia de cálculo de vida útil de usina termelétrica
9. PI-0602081-0 Disco Isolador Antipoluição
10. BR102018077162-0 Método p/Determinar Responsabilidades de Geração de Distorções Harmônicas
11. BR102019013232-9 Dispositivo Modular, Sistema e Método p/Monitoramento de Campos Magnéticos de Alta Intensidade Próximos a Medidores de Consumo
12. PI-0803730-2 Dispositivo Isolante de Sustentação e de Proteção de Linhas
13. PI-0802154-6 Sistema de Medição e Avaliação de Transformadores de Potência Energizados através de Resposta em Frequência
14. PI-1002299-6 Sistema de Monitoramento de Descargas Parciais

DESENHO CONCEDIDO:

15. DI-6704136-1 Configuração Aplicada em Espaçador de Linhas Conductoras de Eletricidade

AMILCAR GUERREIRO

Diretoria Geral

CONSUELO GARCIA

Diretoria de Gestão Corporativa

ORSINO BORGES DE OLIVEIRA FILHO

Diretoria de Laboratórios e Serviços
Tecnológicos

MAURÍCIO BARRETO LISBOA

Diretoria de Tecnologia

GILMARA ESTELA LEITE COUTO

Departamento de Gestão Financeira

PAULO TADEU ALVES

Contador - CRC/RJ 096.264-0